



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI N 17/2025

25/08/2025

Estabelece medidas protetivas e procedimentos para os casos de violência contra os profissionais da educao no município de Guará, denominados "Lei de Proteo e Amparo aos Profissionais da Educao (LIPAPE)" e Política Municipal de Enfrentamento  Violência Escolar.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GUARÁ/SP**, no uso de suas atribuioes legais;

APROVA:

Art. 1. Ficam instituídos, no município de Guará, medidas protetivas e procedimentos para os casos de violência contra os profissionais da educao, denominados "Lei de Proteo e Amparo aos Profissionais da Educao (LIPAPE)".

Parágrafo nico. Para os fins desta Lei, são considerados profissionais da educao os docentes, auxiliares, coordenadores, bedis, bibliotecários, secretrios e demais trabalhadores que atuem em instituioes de ensino, públicas ou privadas, inclusive nas atividades de apoio pedagógico e administrativo, desde que mantenham contato direto com os alunos.

Art. 2. Entende-se por violência contra os profissionais da educao, para os efeitos desta Lei, qualquer ato resultante do exercício de sua atividade que, de forma direta, lhes cause morte, lesão corporal ou prejuízo patrimonial.

Parágrafo nico. Entende-se, igualmente, por forma de violência a ameaça à integridade física ou ao patrimnio.

Art. 3. São deveres dos alunos:

- I. tratar com respeito e dignidade todos os membros da comunidade escolar, incluindo colegas, professores e funcionários;
- II. cuidar do material escolar, do ambiente da sala de aula e de toda a escola, evitando depredaoes e sujeira;
- III. manter postura respeitosa e atenta em sala de aula, respeitando a autoridade dos profissionais da educao; e
- IV. seguir as regras, regulamentos e códigos de conduta da instituio de ensino, com o intuito de garantir a ordem.

Parágrafo nico. Comprovado o ato de violência contra o profissional da educao que cause dano material, físico ou moral, ou ameaça à integridade física ou ao patrimnio, o aluno estará sujeito às penalidades estabelecidas pela instituio de ensino e pela legislao pertinente.

Art. 4. Na hipótese de prática de violência física ou ameaça contra os profissionais da educao, a sua chefia imediata, ao tomar conhecimento da ocorrência, deverá adotar, imediatamente, as seguintes providências:



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

- I. acionará imediatamente a Polícia Militar, comunicando o fato ocorrido, com o devido registro por meio de boletim de ocorrência;
- II. encaminhará o profissional da educação agredido ao hospital, posto de saúde ou UPA (Unidade de Pronto Atendimento) para o devido atendimento e medidas cabíveis;
- III. acompanhará, se necessário, o profissional da educação agredido, para assegurar a retirada de seus pertences do estabelecimento de ensino ou do local da ocorrência;
- IV. comunicará o fato ocorrido aos pais ou responsáveis legais do agressor, no caso de aluno, e, se o aluno for menor de 18 (dezoito) anos, deverá acionar o Conselho Tutelar e informar o Ministério Público;
- V. comunicará oficialmente, por escrito, à Unidade Regional de Ensino, nos casos das escolas públicas, a agressão ou a ameaça ocorrida; e
- VI. informará ao profissional da educação os direitos a ele conferidos nesta Lei.

Art. 5º. A chefia imediata do profissional da educação agredido adotará as seguintes providências em até 36 (trinta e seis) horas após a agressão:

- I. procederá ao registro em ata, obrigatoriamente contendo o relato do profissional da educação agredido;
- II. dará ciência à equipe multidisciplinar da Unidade Regional de Ensino, nos casos de agressão de profissionais da rede pública, para que seja promovido o acompanhamento da vítima no ambiente escolar; e, nos casos de agressão de profissionais da rede privada, assegurará que tal acompanhamento seja devidamente garantido pela própria instituição de ensino; e
- III. providenciará o imediato afastamento do agressor do convívio da vítima no ambiente escolar.

Parágrafo único. O gestor escolar poderá, ainda, encaminhar proposta aos órgãos jurisdicionais competentes para que o agressor e, se necessário, seus pais ou responsável legal sejam incluídos em programa oficial ou comunitário de assistência e orientação, conforme previsto nos incisos II e IV do art. 101 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 6º. Em situações de iminente risco de violência, a chefia imediata deverá adotar as medidas necessárias para garantir a integridade física do profissional da educação, incluindo, entre outras providências, o acionamento imediato da Polícia Militar.

Art. 7º. Nos casos em que o agressor for menor de 18 (dezoito) anos, aplicam-se as disposições desta Lei e, de forma subsidiária, as normas contidas na Lei Federal nº 8.069, de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e, no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal para os maiores de 18 (dezoito) anos, pais ou responsáveis, no que couber.

Art. 8º. Comprovada ameaça ou ato de violência no ambiente escolar que resulte em dano material, moral ou estético, os pais ou



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

responsáveis legais do autor do ato, caso esse seja menor de idade, responderão solidariamente com ele.

É 1. A omissão dos pais ou responsáveis legais no exercício do poder familiar ensejará responsabilizao nos termos do art. 249 da Lei Federal n 8.069, de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

 2. O autor ou o responsável legal do autor de violência contra o profissional da educao deverá restituir bens indevidamente subtraídos, bem como arcar com a reparao de perdas e danos materiais decorrentes dos atos violentos praticados, na forma da legislao civil e penal.

Art. 9. A responsabilizao administrativa, civil e penal dos gestores de escolas públicas por omissão, além do previsto nesta Lei, será conduzida conforme os termos da Lei Federal n 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 10. O Poder Executivo poderá regulamentar essa lei no que couber através de Decreto.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicao, revogadas as disposioes em contrário.

Guará/SP, 25/08/2025.

ver. **TIO LUIZ**



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

A violência no ambiente escolar tem se tornado uma preocupação crescente e alarmante em todo o Brasil, afetando não apenas a segurança dos alunos, mas também a integridade física e psicológica dos profissionais da educação. No município de Guará, essa realidade não é diferente, com relatos de professores e demais trabalhadores da área que são alvos de agressões verbais, físicas e ameaças, tanto por parte de alunos quanto de seus responsáveis. Essa situação compromete gravemente o exercício da profissão, desvaloriza a carreira docente e, em última instância, prejudica a qualidade do ensino oferecido  população.

A profissão de educador é uma das mais nobres e essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e desenvolvida. No entanto, a desvalorização e a falta de segurança a que esses profissionais estão expostos têm levado ao adoecimento físico e mental, ao abandono da carreira e  evasão de talentos. A ausência de mecanismos legais específicos para a proteção desses trabalhadores no âmbito municipal os deixa vulneráveis e desamparados, dificultando a resolução de conflitos e a responsabilização dos agressores.

A aprovação desta lei visa preencher essa lacuna, oferecendo um arcabouço legal robusto para garantir a segurança e a integridade dos profissionais da educação. Ao instituir o "SOS Educação", o projeto de lei estabelece um conjunto claro de procedimentos e medidas protetivas que devem ser adotadas imediatamente após a ocorrência de um ato de violência. Isso inclui o acionamento das autoridades policiais, o encaminhamento da vítima para atendimento médico e legal, a comunicação aos pais ou responsáveis e, quando necessário, ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público.

Além de focar na proteção imediata, o projeto de lei busca a responsabilização dos agressores e de seus responsáveis, conforme o caso. Ao prever a aplicação das penalidades estabelecidas pela instituição de ensino e pela legislação pertinente, e a possibilidade de responsabilização solidária dos pais ou responsáveis por danos causados, a lei atua de forma preventiva e educativa. O objetivo é coibir a impunidade, reforçar a importância do respeito mútuo e da autoridade docente e conscientizar a comunidade escolar sobre as consequências de atos violentos.

Em suma, a aprovação do "Lei de Proteção e Amparo aos Profissionais da Educação (LIPAPE) e Política Municipal de Enfrentamento  Violência Escolar"  um passo fundamental para a valorização e a dignidade dos profissionais da educação no Município de São Joaquim da Barra. A lei não apenas oferece proteção legal e procedimentos claros para situações de crise, mas também envia uma mensagem clara de que a violência contra educadores não será tolerada. Ao garantir um ambiente de trabalho mais seguro e respeitoso, o projeto contribui diretamente para a melhoria da qualidade do ensino e para a construção de uma comunidade escolar mais harmoniosa e produtiva, beneficiando a todos os cidades.

Guará/SP, 25/08/2025.

ver. **TIO LUIZ**